

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – ABRIL 2024

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	4
ISS.....	5
LEGISLAÇÃO	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	10
JURISPRUDÊNCIA	10
DIVERSOS	12
LEGISLAÇÃO	12
JURISPRUDÊNCIA	12

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. DIFERIMENTO DO ICMS DEVIDO NAS OPERAÇÕES COM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DESTINADOS À CAPTAÇÃO, GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA SOLAR OU EÓLICA, BEM COMO À GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE BIOGÁS, INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO DE ESTABELECIMENTOS GERADORES - ADEÇÃO DOS ESTADOS DE GOIÁS E RONDÔNIA AO CONVÊNIO ICMS nº 109/2014
 - **Convênio ICMS nº 23, de 25 de abril de 2024 (DOU 26.04.24)**
2. BA – AUTORIZAÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE PAGAMENTO E PARCELAMENTO INCENTIVADO DE DÉBITOS FISCAIS RELACIONADOS AO ICMS
 - **Convênio ICMS nº 47, de 25 de abril de 2024 (DOU 29.04.24)**
3. REMESSA INTERNA E INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – NÃO INCIDÊNCIA – PROCEDIMENTOS PARA A EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS – PRORROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS nº 228/2023
 - **Convênio ICMS nº 48, de 25 de abril de 2024 (DOU 29.04.24)**
4. AUTORIZAÇÃO AO ESTADO DO RIO DE GRANDE DO SUL PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DESTINADOS AOS ESTABELECIMENTOS LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIOS DECLARADOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DEFINIDOS POR LEGISLAÇÃO ESTADUAL.
 - **Convênio ICMS nº 54, de 07 de maio de 2024 (DOU 07.05.24 – Edição Extra)**
5. REGIME ESPECIAL NA REMESSA INTERNA E INTERESTADUAL DE IMPLANTES E PRÓTESES MÉDICO-HOSPITALARES PARA HOSPITAIS OU CLÍNICAS – DISPOSIÇÕES
 - **Ajuste SINIEF nº 02, de 25 de abril de 2024 (DOU 29.04.24)**
6. CFOP APLICÁVEIS A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2024 – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO S/Nº DE 1970
 - **Ajuste SINIEF nº 03, de 25 de abril de 2024 (DOU 29.04.24)**
7. SEFAZ - VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DESCRITAS NOS CAMPOS CEAN E CEANTRIB JUNTO AO CADASTRO CENTRALIZADO DE GTIN – OBSERVÂNCIA DAS DEFINIÇÕES CONSTANTES DO MOC – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO AJUSTE SINIEF nº 07/2005
 - **Ajuste SINIEF nº 05, de 25 de abril de 2024 (DOU 29.04.24)**

8. OPERAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RELATIVA À REMESSA DE MERCADORIAS DOADAS PARA ASSISTÊNCIA À VÍTIMAS DE CALAMIDADE PÚBLICA – DISPENSA DA EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL - CONDIÇÕES
 - **Ajuste SINIEF nº 09, de 07 de maio de 2024 (DOU 07.05.24 – Edição Extra)**
9. PE E SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM AUTOPEÇAS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO PROTOCOLO ICMS nº 129/2010
 - **Protocolo ICMS nº 10, de 08 de abril de 2024 (DOU 09.04.24)**
10. CE – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS nº 226/2023
 - **Decreto nº 35.978, de 30 de abril de 2024 (DOE-CE 30.04.24)**
11. ES – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS nº 226/2023
 - **Decreto nº 5.685-R, de 23 de abril de 2024 (DOE-ES 24.04.24)**
12. GO – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS nº 226/2023
 - **Decreto nº 10.452, de 23 de abril de 2024 (DOE-GO 23.04.24)**
13. MS – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS nº 226/2023
 - **Decreto nº 16.429, de 29 de abril de 2024 (DOE-MS 30.04.24)**
14. PE – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS nº 226/2023
 - **Decreto nº 56.510, de 25 de abril de 2024 (DOE-PE 26.04.24)**
15. RJ – ATUALIZAÇÃO DE REGRAS RELATIVAS AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAL E ACESSÓRIAS RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS
 - **Decreto nº 49.030, de 05 de abril de 2024 (DOE-RJ 08.04.24)**
16. RO - ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR - TRANSFERÊNCIA DE BENS E MERCADORIAS - PROCEDIMENTOS – DISPOSIÇÕES
 - **Instrução Normativa GAB-CRE nº 13, de 19 de março de 2024 (DOE-RO 03.04.24)**
17. SP – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS nº 226/2023
 - **Decreto nº 68.492, de 30 de abril de 2024 (DOE-SP 01.05.24)**
 - **Comunicado SRE nº 06, de 03 de maio de 2024 (DOE-SP 06.05.24)**

18.SP - OPERAÇÕES COM CALÇADOS - OPÇÃO POR CRÉDITO OUTORGADO EM SUBSTITUIÇÃO AO APROVEITAMENTO DE DEMAIS CRÉDITOS – DISPOSIÇÕES

- **Portaria SRE nº 21, de 04 de abril de 2024 (DOE-SP 05.04.24)**

19.SP – DÉBITOS DO IMPOSTO – CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ELABORAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS – CONDIÇÕES

- **Portaria SRE nº 24, de 19 de abril de 2024 (DOE-SP 22.04.24)**

20.SP - MANIFESTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS FISCAIS (MDF-E) E DOCUMENTO AUXILIAR DO MANIFESTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS FISCAIS (DAMDFE) – PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO E ENCERRAMENTO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 102/2013

- **Portaria SRE nº 28, de 26 de abril de 2024 (DOE-SP 29.04.24)**

21.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS DE PAPELARIA E DE PAPEL – BASE DE CÁLCULO E IVA A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2024

- **Portaria SRE nº 29, de 29 de abril de 2024 (DOE-SP 30.04.24)**

22.TO – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS nº 226/2023

- **Decreto nº 6.779, de 30 de abril de 2024 (DOE-TO 30.04.24)**

23.EFD ICMS/IPI - PVA COM ALTERAÇÕES CORRETIVAS

- **Publicação da Versão 4.0.3**

24.NF-E - EVENTO “INSUCESSO NA ENTREGA DA NF-E”

- **Publicação da NT 2023.005 v.1.02**

JURISPRUDÊNCIA

25.EXCLUSÃO DO PIS E DA COFINS DA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Tribunal de Justiça de Rondônia**
- **Precedente da Justiça Estadual de Rondônia**

26.DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – AQUISIÇÃO DE BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO POR CONTRIBUINTE DO IMPOSTO – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI 2024 - REGULAMENTAÇÃO
 - **Decreto nº 63.341, de 10 de abril de 2024 (DOM-SP 11.04.24)**
2. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - TRANSAÇÃO FISCAL – EDITAIS NºS 02 E 06 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ADESÃO
 - **Portaria PGM nº 44, de 29 de abril de 2024 (DOM-SP 29.04.24)**

JURISPRUDÊNCIA

3. SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LIMPEZA, LUSTRAÇÃO, REVISÃO, CARGA E RECARGA, CONserto, RESTAURAÇÃO, BLINDAGEM, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS, MOTORES, ELEVADORES OU DE QUALQUER OBJETO (EXCETO PEÇAS E PARTES EMPREGADAS, QUE FICAM SUJEITAS AO ICMS) – ITEM 14.01 – NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA PELO MUNICÍPIO EM QUE SE DEU A PRESTAÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
4. SÃO PAULO – SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS – PROGRESSIVIDADE - ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. CONSTITUCIONALIDADE DA CSLL – COISA JULGADA – MODULAÇÃO DOS EFEITOS – NÃO APLICAÇÃO DE MULTA
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. PAT – DEDUÇÃO DO IRPJ DEVIDO (LIMITADO A 4%), E NÃO DEDUÇÃO EM DOBRO DA BASE DE CÁLCULO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – LEI Nº 14.789/23 – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
4. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 243/02 – ILEGALIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
5. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – NÃO TRIBUTAÇÃO EM RAZÃO DOS RECURSOS REPETITIVOS DO STJ
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. ÁGIO – EMPRESA VEÍCULO – INEXISTÊNCIA DE QUALQUER EXIGÊNCIA PARA QUE OS RECURSOS VINDOS DO EXTERIOR NÃO PUDESSEM SER REALIZADOS DIRETAMENTE À INVESTIDA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
7. LANÇAMENTO DE OFÍCIO – DEDUTIBILIDADE DOS INCENTIVOS FISCAIS – FACULDADE DOS CONTRIBUINTES – INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO POR PARTE DO FISCAL CASO O EXERCÍCIO DO DIREITO NÃO TENHA SE DADO NO MOMENTO CERTO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
8. DESPESAS COM PERSONAGENS IMPRESSOS EM ROUPAS – EQUIPARAÇÃO AO CONCEITO DE DIREITO AUTORA – DEDUTIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
9. DEDUÇÃO DE ÁGIO INTERNO – IMPOSSIBILIDADE – DEDUÇÃO DE ÁGIO GERADO COM EMPRESA VEÍCULO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
10. IRRF - GANHO DE CAPITAL NA VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA POR NÃO RESIDENTE – CUSTO DE AQUISIÇÃO – APURAÇÃO EM REAIS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. MULTA DECORRENTES DE ACORDO DE LENIÊNCIA - DEDUTIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. PAGAMENTO POR PERSONAGENS DE DESENHOS ANIMADOS – CONFIGURAÇÃO DE DIREITO AUTORAL – APLICAÇÃO DE REGRA DE DEDUTIBILIDADE GERAL (DESPESAS NECESSÁRIAS)

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. MULTAS APLICADAS APÓS ACORDO DE LENIÊNCIA – DEDUTIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. DISTRIBUIDORA DE ENERGIA – FURTO DE ENERGIA – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. ÁGIO GERADO DE FORMA LEGÍTIMA – TRANSFERÊNCIA PARA OUTRA PESSOA JURÍDICA DO MESMO GRUPO – LIBERDADE EMPRESARIAL – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. FASE PRÉ-OPERACIONAL – RECEITAS FINANCEIRAS – APROVEITAMENTO DO IRRF – COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO CONTROLADOR PARA A ADQUIRENTE – DEFINIÇÃO DA FONTE DE RECURSOS PARA O INVESTIMENTO CONSTITUI DISCRICIONARIEDADE DO CONTRIBUINTE – IMPOSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO PELO FISCO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. LUCRO PRESUMIDO - ATIVIDADES DIVERSAS DECORRENTES DO MESMO CONTRATO E EM FUNÇÃO DE UM ÚNICO OBJETIVO GERAL – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE DIVERSOS PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO DE RENDA

- **Solução de Consulta Cosit nº 88, de 16 de abril de 2024 (DOU 19.04.24)**

19. ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS – OSCIP – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES – POSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 10.637/2002 QUANDO HÁ VÍNCULO EMPREGATÍCIO E DA LEI Nº 9.532/1997 QUANDO ESTATUTÁRIOS

- **Solução de Consulta Cosit nº 73, de 03 de abril de 2024 (DOU 09.04.24)**

20. DESPESAS COM JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – PAGAMENTO A SÓCIO IMUNE – DEDUTIBILIDADE

- **Solução de Consulta nº 78, de 04 de abril de 2024 (DOU 09.04.24)**

21. IRPF – GANHO DE CAPITAL DE VALOR BAIXO – RENDIMENTOS DE CAPITAL APLICADO NO EXTERIOR – ISENÇÃO SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023

- **Solução de Consulta nº 83, de 09 de abril de 2024 (DOU 24.04.24)**

22. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – GANHO DECORRENTE DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA SEM O LIMITE DE 30%

- **Solução de Consulta nº 104, de 23 de abril de 2024 (DOU 25.04.24)**

23. PREÇO DE TRANSFERÊNCIA – APLICABILIDADE DAS REGRAS AO IMPORTADOR E AO ENCOMENDANTE QUE MANTÊM VINCULAÇÃO COM O EXPORTADOR OU QUANDO ESTE ESTIVER EM PAÍS COM TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA OU ESTIVER AMPARADO POR REGIME FISCAL PRIVILEGIADO – AJUSTE NA BASE DE CÁLCULO PELO ENCOMENDANTE OU IMPORTADOR SE AQUELE NÃO O FIZER

- **Solução de Consulta nº 106, de 24 de abril de 2024 (DOU 26.04.24)**

24. LUCRO PRESUMIDO – OPERAÇÃO DE PERMUTA DE IMÓVEIS – INEXISTÊNCIA DE RENDIMENTO TRIBUTÁVEL SE NÃO HOUVER PAGAMENTO COMPLEMENTAR

- **Solução de Consulta nº 99, de 19 de abril de 2024 (DOU 29.04.24)**

25. SUBVENÇÃO DE INVESTIMENTOS – APURAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL – CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS EM PERÍODOS SUBSEQUENTES À MEDIDA QUE FOREM APURADOS LUCROS.

- **Solução de Consulta nº 107, de 25 de abril de 2024 (DOU 30.04.24)**

26. CRÉDITOS PRESUMIDOS DE PIS E COFINS CALCULADOS SOBRE INSUMOS DA AGROINDÚSTRIA – SUBVENÇÃO PARA OPERAÇÃO – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 71, de 03 de abril de 2024 (DOU 10.04.24)**

27. LUCRO PRESUMIDO – GANHO DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO) – UTILIZAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL EQUIVALENTE AO CUSTO DE AQUISIÇÃO DIMINUÍDO DOS ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 3.005, de 10 de abril de 2024 (DOU 12.04.24)**

28. LUCRO PRESUMIDO – RESTAURANTES – GORJETAS COMPULSÓRIAS – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 70, de 03 de abril de 2024 (DOU 12.04.24)**

29. IRPF – RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO ANUAL DE AJUSTE COM REDUÇÃO DO IMPOSTO A PAGAR EFETUADA APÓS A COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO COM O IMPOSTO A RESTITUIR – ALTERAÇÃO DO VALOR DEVIDO APENAS MEDIANTE SOLICITAÇÃO À RECEITA FEDERAL

- **Solução de Consulta nº 80, de 04 de abril de 2024 (DOU 15.04.24)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS – ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE FATURAMENTO – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE SUA PRÓPRIA BASE DE CÁLCULO - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal do Espírito Santo**
3. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
4. FRETE NO TRANSPORTE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. PREÇO PRÉ-DETERMINADO – CORREÇÃO AO IGP-M – DESCARACTERIZAÇÃO – OBRIGATORIEDADE DE ADOÇÃO DE REGIME NÃO CUMULATIVO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – GASTOS COM PESQUISA GEOLÓGICA E ALUGUÉIS DE CAMINHÕES *OFF ROAD* – ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE INSUMOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA TRANSPORTE DE MATÉRIA-PRIMA – CARACTERIZAÇÃO COMO LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - FRETE E ARMAZENAMENTO DE DIESEL - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. REIDI – SERVIÇOS SUJEITOS AO BENEFÍCIOS – PROJETO GEOMÉTRICO, TERRAPLENAGEM E DE PAVIMENTAÇÃO – POSSIBILIDADE – TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS, ESTUDOS DOS IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS - IMPOSSIBILIDADE
 - **Solução de Consulta nº 93, de 18 de abril de 2024 (DOU 22.04.24)**

10. GASTOS COM SERVIÇOS DE CALIBRAGEM DE APARELHOS EMPREGADOS NO PROCESSO PRODUTIVO DE INSUMOS E PRODUTOS FINAIS – AUMENTO DE VIDA ÚTIL EM ATÉ UM ANO – GASTOS COM CERTIFICAÇÕES IMPOSTAS PELA LEGISLAÇÃO – POSSIBILIDADE DE CÁLCULO DE CRÉDITO.

- **Solução de Consulta nº 85, de 09 de abril de 2024 (DOU 15.04.24)**

11. ICMS APURADO E RECOLHIDO COM ALÍQUOTA FIXA SOBRE RECEITA BRUTA – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE

- **Solução de Consulta nº 96, de 19 de abril de 2024 (DOU 22.04.24)**

12. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – GANHO DECORRENTE DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS – NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 104, de 23 de abril de 2024 (DOU 25.04.24)**

13. CRÉDITOS PRESUMIDOS CALCULADOS SOBRE INSUMOS DA AGROINDÚSTRIA – IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM OUTROS TRIBUTOS OU DE RESSARCIMENTO – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL

- **Solução de Consulta nº 71, de 03 de abril de 2024 (DOU 10.04.24)**

30. REGIME CUMULATIVO – RESTAURANTES – GORJETAS COMPULSÓRIAS – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 70, de 03 de abril de 2024 (DOU 12.04.24)**

31. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – APURAÇÃO DE CRÉDITOS – IMPOSSIBILIDADE

- **Solução de Consulta nº 6.037 de 20 de março de 2024 (DOU 03.04.24)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. INSTITUIÇÃO DO PORTAL DE SERVIÇOS DA RECEITA FEDERAL E DISPOSIÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DIGITAIS GERIDOS PELA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.
 - **Portaria RFB nº 410, de 12 de abril de 2024 (DOU 15.04.24)**
2. AUTORREGULARIZAÇÃO – EXCLUSÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIOS FISCAIS
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.184 de 02 de abril de 2024 (DOU 03.04.24)**
3. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 2.110/22
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.185 de 05 de abril de 2024 (DOU 09.04.24)**
4. ENTREGA DE DOCUMENTOS DIGITAIS – ALTERAÇÕES NA REGULAMENTAÇÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.182 de 28 de março de 2024 (DOU 01.04.24)**
5. AUTORREGULARIZAÇÃO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ADESÃO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.190 de 29 de abril de 2024 (DOU 30.04.24)**

JURISPRUDÊNCIA

6. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO – LEI Nº 14.784/2023 - INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
7. EXISTÊNCIA DE ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO – EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA – TAXA – LEGITIMIDADE MESMO SEM FISCALIZAÇÃO INDIVIDUALIZADA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
8. APLICAÇÃO DE TEMAS PELOS TRIBUNAIS – MODULAÇÃO DE EFEITOS NÃO PREVISTA NOS JULGAMENTOS DO STF E STJ – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

9. PENHORA DE FATURAMENTO – POSSIBILIDADE MESMO ANTES DE ESGOTADAS AS DEMAIS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO DE BENS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
10. EXCLUSÃO DA PARTE DO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL – INEXISTÊNCIA DE BENEFÍCIO ECONÔMICO AFERÍVEL – APLICAÇÃO DA EQUIDADE PARA FINS DE DEFINIÇÃO DOS HONORÁRIOS DEVIDOS PELA FAZENDA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
11. EMBARGOS À EXECUÇÃO – ALEGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO – AJUIZAMENTO ANTERIOR À ALTERAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
12. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NÃO OFERECIDA A TODOS OS EMPREGADOS – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – PROGRAMA COM REGRAS POUCO CLARAS E OBJETIVAS – UTILIZAÇÃO DE INTRANET PARA AVALIAR OS EMPREGADOS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
14. CRÉDITO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RECONHECIDO JUDICIALMENTE – COMPENSAÇÃO POR MEIO DE DCOMP – POSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE PRÉVIA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO
 - **Solução de Consulta Cosit nº 34 de 18 de março de 2024 (DOU 01.04.24)**
15. RET – MOMENTO DE OFERECIMENTO À TRIBUTAÇÃO – EFETIVO RECEBIMENTO DO VALOR QUE ESTAVA BLOQUEADO POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
 - **Solução de Consulta nº 87, de 16 de abril de 2024 (DOU 19.04.24)**
16. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BASE DE CÁLCULO DAS RETENÇÕES – EMISSÃO DE NOVA NOTA FISCAL OU RECIBO COM ALTERAÇÃO DE VALOR BRUTO – NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DO NOVO VALOR
 - **Solução de Consulta nº 97, de 19 de abril de 2024 (DOU 22.04.24)**
17. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – CRÉDITO TRIBUTÁRIO DECORRENTE DE AÇÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO – EMPRESA QUE POSSUI MATRIZ E FILIAIS – POSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO PELA MATRIZ NA AÇÃO JUDICIAL CONCOMITANTEMENTE À HABILITAÇÃO DE CRÉDITO E UTILIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO PELAS FILIAIS
 - **Solução de Consulta nº 98, de 19 de abril de 2024 (DOU 22.04.24)**

18. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – REDUÇÃO DE ALÍQUOTA NA CONDIÇÃO DE EX-TARIFÁRIO – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL – APLICABILIDADE SOMENTE PARA BENS NOVOS A PARTIR DE 18 DE AGOSTO DE 2023

- **Solução de Consulta nº 76, de 03 de abril de 2024 (DOU 09.04.24)**